

Carta Programa da Chapa “Resistência e Luta”

(Inscrita às eleições para a Adunesp, biênio 2017-2019)

Prezados docentes,

Chegamos ao triênio final da segunda década do século XXI, e muitas das ameaças que a Adunesp alertava, desde o século passado e início deste século, estão sendo concretizadas. Alertávamos, desde então, que o projeto de mudança política que influenciaria o contexto social do Brasil e do mundo chegaria para os trabalhadores das universidades públicas

Os serviços públicos em nosso país sofreram um brutal ataque nas últimas décadas, resultado da adoção de contrarreformas que buscam reduzir ao mínimo o tamanho do estado, mas também sua relevância social como estado de bem-estar social. O ritmo do processo de reforma do Estado, desde as propostas defendidas pelo Governo FHC - PSDB, e implementadas pelo então Ministro Bresser Pereira, alterna, em todos os governos que o sucederam, períodos de maior ou menor intensidade com que são acrescentados vários dispositivos do cardápio neoliberal ao arcabouço legal do país. Nesse momento, estamos vivendo um ciclo de aprofundamento e aceleração do processo com o conjunto de leis e propostas da contrarreforma constitucional patrocinada pelo Governo de Michel Temer. Estamos diante de ataques sem precedentes aos direitos trabalhistas: a legalização da terceirização das atividades-fim de uma empresa (pública e privada), a flexibilização das leis e normas trabalhistas, o fim da estabilidade de servidores concursados, a reforma da previdência. Tudo isto se dá num contexto de flagrante ruptura do Estado Democrático de Direito conforme concebido e materializado pela Constituição Federal de 1988, enxovalhando-se cláusulas que ainda não foram objeto de mudança e, por meio de propostas de emendas, desfigurando-a a tal ponto que o futuro dos atuais trabalhadores, bem como das novas gerações, tornou-se um tempo de insegurança jurídica, desemprego, arrocho salarial, ausência de serviços públicos essenciais e de direitos garantidores de um mínimo de dignidade humana para todos. Essa situação tem sido sentida por todos nós, no nosso dia-a-dia, seja em casa, nas rodas de amigos, no trabalho, no sindicato. O medo e a insegurança rondam nossas vidas de uma maneira destrutiva e ameaçadora.

Na educação, e em especial na nossa universidade, essa insegurança, esse medo, essa destrutividade se apresentam de uma forma cruel e sem precedentes, travestidas de uma crise econômica, que ao cabo e ao fim, tem por objetivo destruí-la como instituição e serviço público, gratuito e socialmente referenciado. Destroçar o papel ímpar que nossas universidades têm cumprido no desenvolvimento científico, tecnológico autônomo, independente e soberano é a meta a ser atingida. A crise pela qual estamos passando não pode ser atribuída exclusivamente a conjuntura econômica atual, mas acima de tudo a um processo implementado por meio de ações e decisões de muitos gestores, em todos os níveis, e intelectuais, que defendem um modelo de desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro e, em consequência, a produção de uma educação, uma ciência e tecnologia marcadas pelo signo da subalternidade. Dessa adesão, emerge uma aparente incompetência administrativa e irresponsabilidade político-acadêmica. É a partir desse caldo de cultura que são gestadas e desenvolvidas as estruturas e os mecanismos acadêmicos e administrativos que nos colocaram diante desse eminente e verdadeiro desastre. Desastre para muitos, solução para alguns poucos. É em decorrência dessa lógica que, na última década, a UNESP foi submetida a processos de expansão sem a devida contrapartida de recursos perenes, que o governo estadual tem intensificado os ataques contra as universidades estaduais paulistas, contingenciando verbas e recusando-se sistematicamente a alocar parte dos recursos provenientes da arrecadação do ICMS que nos cabem. Foram criados cursos, trabalhadores terceirizados são contratados desenfreadamente, optou-se pela admissão de professores substitutos em detrimento de servidores estatutários em RDIDP, e agora, se lança mão de bolsistas.

Para agravar a situação, a Reitoria, em mais um arroubo autoritário e autocrático, suspendeu unilateralmente: contratações (em reposição a aposentadorias, mortes e eventuais demissões); o plano de carreira docente e o ADP dos servidores. Estudantes que ousam protestar e exigir o mínimo de respeito e condição de permanência são exemplarmente criminalizados e punidos. Docentes trabalham sob a opressão do produtivismo e da internacionalização, com a sua atividade profissional controlada por uma planilha com critérios exclusivamente quantitativos, travestida de instrumento de avaliação, que confere à Comissão Permanente de Avaliação (CPA) a prerrogativa real de decepar cabeças em qualquer momento da carreira acadêmica. Trata-se de um processo concebido e desenvolvido sem o devido trato metodológico científico necessário e imprescindível para uma instituição como a nossa, assentado num empirismo tosco e pobre, o que

faz dela um arremedo rebaixado das agências de fomento. Duas das consequências mais graves destas políticas são: a desvalorização progressiva das atividades na graduação e o aligeiramento dos prazos para a conclusão de dissertações e teses, impondo um ritmo descomprometido com a qualidade da produção acadêmica e científica perseguida e desenvolvida há décadas pela UNESP.

Os desafios estão colocados.

Faz-se necessária uma frente ampla de resistência para conter o avanço deste tipo de gestão conservadora e autocrática, e também para reordenar a trajetória da UNESP de modo a fortalecer e ampliar processos reais de democratização. Precisamos também estabelecer as condições adequadas para uma produção de conhecimento, respeitando o devido tempo de maturação da atividade de pesquisa e a independência dos seus realizadores e fortalecer a graduação como sustentáculo central de uma universidade que pretenda alcançar os mesmos patamares das melhores universidades do mundo. Estas universidades já provaram e comprovaram que, sem graduação de excelência, não há pós-graduação de excelência, ou qualquer outra coisa de excelência no mundo científico e acadêmico.

É nesse contexto que a chapa *Resistência e Luta* se apresenta para dirigir a ADUNESP como entidade autônoma, democrática, independente e representativa dos trabalhadores docentes, coerente com os princípios que norteiam a defesa de uma universidade realmente pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Nosso objetivo é avançar na mobilização combativa dos trabalhadores que representamos, resistindo ao desmanche em curso, e reivindicando, permanentemente, condições dignas de formação, trabalho e salário para todos aqueles que cotidianamente dão vida à nossa instituição.

Precisamente nesse sentido, num momento em que as reformas trabalhistas atacam os direitos dos trabalhadores, onde o negociado vai prevalecer sobre o legislado, a terceirização de atividades fins podem ameaçar e destruir os postos de trabalho dos professores e pesquisadores, a estabilidade contratual dos editais públicos estão sendo destruídos por legislações complementares que permitem a demissão de servidores concursados e estáveis, o que representa o fim da obrigatoriedade do concurso público para o exercício da atividade pública e a possibilidade de contratações em sistemas de compadrio e cabides políticos ou grupamentos ligados a seitas e grupos de afinidade religiosas, nos propomos a fazer o enfrentamento necessário. Precisamos de um sindicato forte e combativo, que se contraponha ao projeto de universidade privatizada e empresarial. Se não resistirmos às reformas recém aprovadas, correremos o risco de ver aprofundar o modelo de universidade que se sustenta na flexibilização e terceirização generalizada do trabalho, no achatamento salarial e no enxugamento de quadros, aprofundando o distanciamento entre a função social da universidade e as necessidades das classes populares e do desenvolvimento independente e autônomo do nosso país. Para combater e lutar pela superação desse modelo, nossa proposta passa pelo debate qualificado e democrático na definição dos rumos da instituição, construindo uma aproximação cada vez maior da base docente com as questões políticas e acadêmicas da universidade e da sociedade.

Convencidos da urgente necessidade de aprofundar nosso enraizamento e aprimorar a organização e a conscientização da categoria, na busca de ações concretas de uma universidade laica, gratuita, socialmente referenciada, nos propomos a:

- 1) Continuar representando os interesses da categoria junto ao Fórum das Seis, nas negociações salariais com o CRUESP e na luta por mais verbas para o sistema público de ensino superior do estado;
- 2) Realizar campanhas de filiação e fortalecer os laços com as subseções sindicais;
- 3) Fundar novas subseções sindicais nas localidades onde elas ainda não estejam estruturadas, bem como incentivar a categoria a eleger representantes de base;
- 4) Intensificar a informação e aprimorar os veículos de comunicação com a base;
- 5) Dar prosseguimento à realização das Plenárias Estaduais;
- 6) Atuar coordenadamente nas esferas decisórias institucionais, por meio de representantes eleitos junto aos órgãos colegiados centrais e suas Câmaras assessoras (Chapão);
- 7) Continuar a luta pela construção de um processo de avaliação institucional que respeite as deliberações dos Fóruns das Grandes Áreas, e estabeleça uma dinâmica de incentivo e valorização do trabalho docente e se constitua um instrumento para a correção das grandes desigualdades regionais e não para agravá-las como tem ocorrido;
- 8) Continuar a luta para que os rebaixamentos de regime de trabalho até agora aplicados em decorrência de julgamentos da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) sejam revistos na perspectiva estabelecida no item (7);
- 9) Continuar a luta para que a CPA passe a ser uma comissão assessora do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e pela democratização do processo de escolha dos seus membros;

- 10) Desenvolver os trabalhos da Comissão da Verdade da ADUNESP, por memória, verdade, justiça e reparação;
- 11) Fortalecer e estimular os GTs já estruturados: (“Verbas, finanças e orçamento”; “Carreira e avaliação docente”; “Políticas educacionais, políticas públicas”; “Política e formação sindical, Saúde do trabalhador”; “Comunicação”).

Assumimos também o compromisso lutar pela realização de uma Assembleia Universitária, que retire o que resta do entulho autoritário oriundo da ditadura empresarial militar brasileira (1964-1985) ainda presente em nosso Estatuto e promova uma real democratização das instâncias de poder em nossa universidade.

Integrantes da Chapa “Resistência e Luta” para a Diretoria Central da Adunesp:

João da Costa Chaves Jr. (Presidente)
Fábio Kazuo Ocada (Vice-Presidente)
Antônio Luís de Andrade (Secretário Geral)
Fernando Ramalho Martins (Segundo Secretário)
Angélica Lovatto (1ª Tesoureira)
Milton Vieira do Prado Jr. (2º Tesoureiro)

São Paulo, 21 de julho de 2017.

Saudações sindicais e universitárias!